



A Apologia de Valignano e a Defesa do Padroado e dos Direitos da Coroa Portuguesa na Ásia Oriental

PEDRO LAGE REIS CORREIA*



INTRODUÇÃO

A Apologia en la qual se responde a diversas calumnias que se escrivieron contra los Padres de la Compañia de Japon y de la China é dos documentos mais reveladores do pensamento de Valignano¹. A redacção desta obra teve como objectivo responder às acusações feitas à Companhia de Jesus por dois missionários franciscanos, frei Martin de la Ascensión e frei Jerónimo de Jesus². Valignano, que redigiu a *Apologia* nos anos de 1597 e 1598 em Macau e

Nagasáqui, considerava que as acusações feitas por estes dois missionários eram ilustrativas do tipo de críticas que as ordens mendicantes faziam à presença jesuíta no Japão. Nas palavras do visitador jesuíta,

“... entre los Frayles descalzos de las Philipinas no solo se miente, y escribe mal de las cosas de la Compañia acerca de lo que hasen en Japon y en la China, mas (lo que es peor) que aviendose comensado a escribir, con poco fundamento por algunos dellos (movidos, o de falsa aprehencion, o de passion) tan graves cosas contra los nuestros Padres, todos los demas se persuaden, que son verdades ciertas [...]; y desta manera [...] se van imprimiendo en el entendimiento de otros muchos Religiosos, y de otras personas virtuosas, que no sabiendo, ni por experiencia, ni por otra parte, lo que passa en Japon, y en la China, facilmente se persuaden, que las cosas altas, y escritas por hombres

* Mestre em História pela Universidade de Lisboa. É investigador do Centro de História de Além-Mar e prepara actualmente uma dissertação de doutoramento sobre Alessandro Valignano. Bolseiro da Fundação para a Ciência e a Tecnologia.

M.A. in History from Lisbon University. Researcher at the Centre for Overseas History, he is currently preparing his Ph.D. on Alessandro Valignano. Recipient of a scholarship awarded by the (Portuguese) Foundation for Science and Technology.

DE XAVIER A VALIGNANO. A CONQUISTA ESPIRITUAL DA ÁSIA

*Religiosos, y por Frayles descalzos [...] seran ciertas, y verdaderas, y assi padece la Compañia mucho detrimento en la openion que dellos se concibe...*³

Ao longo da *Apologia*, Valignano cita as opiniões dos autores franciscanos, contrapondo às mesmas a sua interpretação dos factos, fazendo com que este documento seja revelador de duas concepções divergentes de evangelização. Todavia, no âmbito do embate entre Valignano e os autores franciscanos, a *Apologia* também acaba por ser reveladora da rivalidade entre os dois Padroados ibéricos, particularmente em torno da legitimidade do breve de Gregório XIII *Ex pastoralis officio* (1585), que garantia o exclusivo da evangelização jesuíta no Japão⁴. A situação alterou-se no pontificado seguinte quando, um ano depois do breve de Gregório XIII, o Papa Sisto V publicou o breve *Dum ad uberes fructus*, que conferia o direito de fundação de missões nas Índias e China aos franciscanos sediados nas Filipinas. A interpretação deste breve despolotou uma intensa polémica entre os dois Padroados. Os mendicantes de Manila afirmavam que este breve legitimava a presença do Padroado castelhano na Ásia Oriental, enquanto que os jesuítas declaravam que a decisão de Sisto V, pelo modo genérico como se referia à Ásia, não invalidava os direitos do Padroado português, particularmente o exclusivo jesuíta sobre o arquipélago japonês. Aparentemente, a solução foi encontrada por Clemente VII que, em 1600, fez publicar o breve *Onerosa pastoralis*, no qual concedia às ordens mendicantes o direito de entrar no Japão, desde que o fizessem por via da Índia portuguesa⁵. A contenda entre os dois Padroados acabou por ficar resolvida em 1608, quando Paulo V removeu todas as restrições para a entrada das ordens religiosas no Japão.

A LEGITIMAÇÃO DOS DIREITOS DA COROA CASTELHANA

A principal característica da argumentação franciscana, onde se faz a apologia da sua entrada no Japão e consequente quebra da exclusividade jesuíta, não é tanto o uso de referências ao estado da cristandade japonesa, mas a evocação dos direitos da coroa castelhana em legislar sobre assuntos religiosos no Japão. É a partir desta estratégia argumentativa que os franciscanos de Manila vão pretender captar o favor do rei de Espanha⁶.

Os franciscanos de Manila vão procurar legitimar a sua entrada no Japão através da valorização de um argumento político e não religioso, procurando demonstrar que os interesses estratégicos da coroa só serão convenientemente defendidos perante um recuo da Companhia de Jesus e do Padroado português e um avanço do Padroado castelhano sobre o Japão.

Para os franciscanos de Manila, o direito à sua presença no Japão decorria da apologia da própria legitimidade da coroa castelhana em legislar sobre os assuntos relativos ao Japão, incluindo questões religiosas, sem qualquer tipo de comprometimento com qualquer outro poder secular ou religioso. É sobre este ponto que converge toda a argumentação franciscana, não só porque desse modo se pretendia captar o favor régio, mas também porque, através da demonstração do direito exclusivo da coroa castelhana em legislar sobre matérias religiosas no Japão, procurar-se-ia anular o direito de Gregório XIII em conceder o exclusivo da missão nipónica à Companhia de Jesus por via do Padroado português.

No que concerne à teorização apologética da legitimidade da coroa castelhana decidir exclusivamente sobre os assuntos do Japão, destaca-se a figura do franciscano Martin de la Ascención, principal rival de Valignano na sua *Apologia* e, pelas suas críticas, causa primeira da redacção da mesma. Assim, o seu ataque ao breve de Gregório XIII começa por aquilo que pode parecer uma paradoxal defesa do poder papal. Frei Martin apresenta a figura pontifícia como a única fonte legitimadora de todo o poder, não só religioso, mas também secular:

*“Pues Christo Nuestro Señor estando de partida para el Padre dexo en su lugar a S. Pedro, constetuiendole en supremo Prelado, y cabeça de su Iglesia [...] hasiendolo Supremo Señor, y monarca de todo el mundo, saltem in ordine ad finem spiritualem [...] cuya potestad, autoridad, y jurisdiccion se estiende, sobre todos los hombres del mundo, y sobre cada uno dellos, assi fieles, como infieles, teniendo omnimoda, y ilimitada potestad sobre todos los hombres, y sobre sus vidas, y bienes temporales...”*⁷

Contudo, este argumento de onnipotência papal sobre toda a humanidade não é um argumento que, nesta teorização de legitimação da coroa castelhana, seja um fim em si mesmo. Antes se compreende como um meio que permite justificar o poder que se pretende atribuir aos príncipes castelhanos. É neste sentido que,

THE SPIRITUAL CONQUEST OF THE FAR EAST. FROM XAVIER TO VALIGNANO

nesta conceptualização franciscana, as prerrogativas papais não são um benefício concedido ao bispo de Roma, mas antes uma responsabilidade:

“... siguese que Christo dando al papa el sobre dicho dominio, y Senhorio del todo el mundo, le dio tambien lo que tenia consigo annexo, que es una estrechissima obligacion de dirigir, y encaminar todos los hombres del mundo a la vida eterna [...] y a los infieles por virtud del dominio, y potestad, que tiene sobre ellos, y por el precepto, que Christo Nuestro Señor le puzo, tiene obligacion precisa de induzirlos a entrar en la Iglesia, y traerlos a ellas, induzindolos a recibir la fee...”⁸

Frei Martin concretiza especificamente esta obrigação papal no caso das Índias:

“... descubertas las Indias, tenia el Papa en conciencia estrechissima obligacion de procurar de induzirlos a la fee, y religion Christiana embiandoles ministros idoneos, y suficientes, pues como el Papa no pudiesse vencer por si muchas dificultades se havian de offerer, ni parece se havia de dexar la predicacion del Evangelio, tenia obligacion de elegir tal ministro para este effecto, que fuesse poderoso de armar flotas, y armadas [...], risitir, y castigar a los que directe, o indirecte impiden la predicacion del Evangelio, y la conversion de los infieles, quitandoles las haciendas, y la vida se fuesse necesario para esto...”⁹

Esta responsabilidade que é atribuída ao Sumo Pontífice torna-o na única fonte legitimadora de poder e é nesta medida que, segundo os franciscanos de Manila, se deve defender a legitimidade do poder da coroa castelhana na Ásia Oriental, dado que a mesma decorre de uma concessão de Alexandre VI que

“elegio para este ministerio a los Reyes de Castilla, y de Leon [...] con lo qual descargó su conciencia, y cargó la de los Reyes Catholicos, y este dominio y jurisdiccion, que tienen los reyes de España, es perpetuo, por que el fin de la concession es perpetuo [...] por que no solamente se le ha dado el cargo de procurar la conversion de los infieles, sino tambien de corroborar, confirmar, y concervarlos en la fe [...] y conciderava atentamente todas estas cosas, pudo dar a la Iglesia este perjuicio perpetuo, aviendo tan urgente causa, como la uvo [...]. Como tambien parece en el Reyno de Napoles, de Cicilia, y de otras tierras de la Iglesia, concedidas por los Papas a los Reyes de Castilla, y a otros Señores, por urgente causa

por donacion, y concession irrevocable: por donde despues de hecha esta donacion a los Reyes de Castilla, no puede ser revocada por los Sucessores de Alexandro...”¹⁰

Reforçando esta ideia, esclarece que

“No fue otra cosa dar el Vicario de Christo a los Reyes de Castilla [...] sino por autoridad divina, instituirlos, y envistirlos de la mas alta dignidad; que ya mas los Reyes tuvieron sobre la tierra, es a saber del Apostoles architectonicos, Soberanos Emperadores, Supremos monarchas de las Indias [...] mas durable, y mas permanente, que todos los Reynos, y Señorios de todos los Reyes del mundo quanto es concedido de quien tiene mayor potestad, y por razon de mayor bien, y mas excelente fin [...], el qual fin excede infinito al bien politico, y al bien temporal de todas las republicas del mundo, y por el coneguiete esse dominio al dominio de todos los Reyes temporales del.”¹¹

Frei Martin esboça estas concepções de poder temporal e religioso para, finalmente, retirar a conclusão mais importante para o exercício da missão no Japão:

“... y como Japon cayga debaxo de la Corona de Castilla el motu proprio de los Teatinos, no tiene fuerza ninguna, [...] por que por la concession, y donacion de Alexandro 6º jus quaesitum est regibus Hispaniae, al ministro de la conversion de las Indias, y a todo lo que es a ella annexa; y ansi el Papa no se le puede quitar sin demeritos.”¹²

As alegações franciscanas, por esta via, justificavam a nulidade do breve de Gregório XIII. No entanto, não resolviam a totalidade do problema. Apesar de, teoricamente, conseguirem apresentar o breve de exclusividade jesuíta como uma usurpação dos direitos da coroa castelhana, não conseguem demonstrar de uma forma tão clara a razão pela qual o rei teria que ser obrigado a defender a entrada no Japão de outros religiosos que não os jesuítas, nem a justificação para que esses mesmos religiosos fossem para o Japão ou China por via do Padroado castelhano.

Neste sentido, para além de uma argumentação teórica, os franciscanos procuram cativar o apoio do monarca castelhano de uma forma muito mais prática, afirmando que os interesses da sua coroa só serão defendidos por religiosos do Padroado espanhol. Consequentemente, Filipe II torna-se no alvo

DE XAVIER A VALIGNANO. A CONQUISTA ESPIRITUAL DA ÁSIA



Os primeiros padres da Companhia de Jesus. Autor desconhecido (séculos XVI-XVII). Roma, ARSI. In *Encontro de Culturas. Oito Séculos de Missionação Portuguesa* (catálogo da exposição), Lisboa, C. E. P., 1994.

THE SPIRITUAL CONQUEST OF THE FAR EAST. FROM XAVIER TO VALIGNANO

preferencial da propaganda franciscana: “... sólo yo me temo que si de don Phelipe nuestro señor no se trae recaudo, nos hemos de ver en aprieto.”, escreve Jerónimo de Jesus. Os franciscanos de Manila tinham a noção de que era fundamental captar o apoio da coroa castelhana, pois a partir do momento em que esse apoio fosse conseguido, o problema da abertura do Japão a ordens provenientes do Padroado espanhol estaria resolvido.

Para além de se exercer pressão sobre o rei, procura-se também conquistar o favor da família real, afirmando Jerónimo de Jesus que

“Este se puede haver por vía de nuestro hermano Fr. Luis Maldonado, que escriba [...] al confessor de la Emperatriz y al de la Princesa, que están en San Bernardino de Madrid, dándoles nueva desta tan dichosa entrada en Japon...”

Nesta linha de argumentação, os franciscanos de Manila, através de Jerónimo de Jesus, afirmam que, junto do rei, deve ser privilegiada uma argumentação de teor político em detrimento de razões estritamente religiosas, pois desse modo será mais fácil conseguir o apoio da coroa:

“Su magestad sea muy apriesa avisado de quanto le importa tener en el Japon quien mire a los designios de japones, y entienda Su Magestad [...], en que para esto es necessaríssima nuestra estada en Japon...”

tendo especial cuidado em afirmar que ao rei se deve fazer sentir que os seus interesses só serão defendidos se der autorização para a entrada de franciscanos provenientes do Padroado castelhano. Neste sentido, Jerónimo de Jesus declara “que mande Su Magestad que non se vengan frayles de Machan...”¹³

Frei Martin procura opor a alegada ilegalidade do breve de Gregório XIII aos interesses da coroa castelhana para imediatamente estabelecer um sinónimo entre o legítimo poder da coroa castelhana e a abertura do Japão à entrada de outras ordens. O frade franciscano afirma que

“estando ya como es dicho encomendado el ministerio, y officio de procurar la conversion de los infieles de las Indias, y por consiguiente el de Japon, a los Reyes de Castilla, y embiar para estos los ministros idoneos, por concession irrevocable, y perpetua, vedar, y prohibir el Papa, que ninguna persona Ecclesiastica, ni seglar, de qual quiera condicion, y estudo que sean, se entremeta en la

*conversion de Japon, es quitarle a Su Magestad el sobredicho, officio, y cargo; pues que lo hade exercitar por medio de personas Ecclesiasticas, y seculares, y Religiosos de diversas ordines...”*¹⁴

Mas esta estratégia de conseguir captar o apoio do monarca filipino para a entrada dos franciscanos no Japão não se limita a uma apologia da fidelidade dos religiosos franciscanos de Manila à coroa castelhana. Para reforçar a necessidade de entrada de religiosos do Padroado castelhano no Japão, a documentação franciscana apresenta, igualmente, a Companhia de Jesus como inimiga de Castela.

Neste sentido, Jerónimo de Jesus afirma a frei Luis Maldonado que é preciso fazer sentir à coroa castelhana que, para a defesa dos seus interesses, era urgente impedir o progresso da Companhia de Jesus no Japão:

*“V.C. avise al Rey de la importancia de la estada en Japon para el bien de las yslas Philipinas; porque de outra manera, los Padres pueden mucho y nos hemos de ver en trabajo. Al Padre Comissario general de Nueva España también es menester avisar, por que de allá cada año, en las naves, nos embie, para el Japon, siquiera tres o quatro Hermanos para esta obra [...]; porque los Padres tienen muchos japones en sus colegios que han oydo theología, a los quales han de ordenar, venido el Obispo, y estos, esparcidos por Japon, han de hazer gran fructo.”*¹⁵

Frei Martin leva mais longe as suas acusações. Se a argumentação franciscana procura valorizar a entrada das ordens no Japão em função dos serviços prestados à coroa, então as acusações à Companhia de Jesus assentam mais em argumentos de ordem temporal do que religiosa, apresentando-se a Companhia como um poder concorrente da coroa castelhana:

“Daqui es que se han hecho Señores de los puertos, ciudades, villas, y lugares, administrando la justicia con horca, y cuchillo, proveyendo los officios de la republica, cobrando derechos de los puertos, y de las mercaderias [...], teniendo cercada, y fortalecida la ciudad de Nangassaqi con fuersas, baluartes, y con una fortaleza fortificada con artelleria, municion, y gente de guerra, teniendo fustas armadas, para la defensa de los puertos, y pueblos que tienen: trayendo continuas guerras con algunos de los Tonos o Señores sus circunvicinos, por deffenderse dellos, ayudando a unos Reyes contra

DE XAVIER A VALIGNANO. A CONQUISTA ESPIRITUAL DA ÁSIA

otros, y nombrandolos [...] tienen bulla del Papa, para nombrar Reyes Christianos, in ordionem ad finem civilem et politicum..."¹⁶

Segundo a documentação franciscana, este comportamento era tanto mais grave na medida em que não era utilizado para benefício dos príncipes de Castela:

*"Como los Padres eran Señores de los puertos, y tenían Ciudades fortalecidas, mas razon era, que lo fuera el Rey a quien esto pertenece, y que ellos como fieles vaçalos, las uvieran tomado en nombre de su Rey, y no quererse haser Señores de ellos [...]. Si los Padres quisieran dar favor al Rey, como leales vassalos suyos con mucha facilidad lo podrian haser, y que el Rey fuesse Señor de hecho de Japon, como lo es de derecho: por que tienen muchos grandes de su parte, y muchos Christianos devotos suyos, [...] y así, en solo Nangasaqi podran armar trienta mil arcabuzeyros todos Christianos de los pueblos, que los Padres tenían al derredor de Nangasaqi, y dellos podran fiarse, como de los mismos Españoles: por que no se atreven a salir de lo que los Padres les imponen, y mandan, y con esta gente podran los Christianos, y Españoles, con ayuda de Dios, y con la industria, y diciplina militar Española conquistar, y pacificar todo Japon..."*¹⁷

Perante estas acusações de traição dos missionários jesuítas à coroa, Valignano não resistirá a afirmar:

*"... ó concejo fiel, y digno de un Religioso tan zeloso, y que tiene tanta obligacion a la Corona real de Castilla! por que viendo, que los concejeros del estado de Su Magestad se ocupan en otras cosas de poca importancia, [...] los despierta de tan grande sueño dizendoles, que hagan averiguar esto a Su Magestad [...]. Esto si que es tener buena cuenta del bien de la Corona real de Castilla, y no gastar el tiempo en concervar Flandes, y reducir a Francia, y Inglaterra a la paz, union de la fe Catholica dexando a parte inimigos tan poderosos, como Su Magestad tiene en Japon en los Padres de la Compañia..."*¹⁸

acrescentando que

"Esto es lo que dize el frayle, y yo no se en verdad, como pudo el afirmar tantas, y tan graves, y falsas cosas, con tanta seguridad de su alma, y si como las dize las probara, quedara mui bien qualificada su conclusion, [...] y pues el dize, que sacamos tantas bulas, para todo lo que queremos haser, yo imagino,

*que tambien el devia de sacar alguna bula de poder sin escrupulo, dizir lo que quiziere."*¹⁹

Esta apologia da Igreja castelhana e ataque à Companhia de Jesus culminam na afirmação de que a subordinação de toda a política de missionação ao Padroado castelhana será a solução de todos os problemas da coroa castelhana, por isso frei Martin declara que

*"Para que el Rey Nuestro Señor [...], pudiesse cumplir, y acudir la estrechissima obligacion [...] era necessario que tuviesse los Padres de la Compañia de su parte y para este que los eximisse de la governacion de la India, y los subordinasse a Manila en su gobierno, y los que uviessen de venir adelante sea por via de Nueva España, y Manila, y no de la India [...] y particularmente embiasse algunos Padres graves de Castilla de su mano de quien tuviesse grande confianza, y satisfacion encargandoles este negocio..."*²⁰

A documentação franciscana demonstra que, mais importante do que fazer a defesa da entrada de uma única ordem, era fundamental integrar o espaço que se pretendia missionar na esfera de influência castelhana, através da sua inclusão no Padroado castelhana.

Os Padroados ibéricos tinham que ser solidários com toda uma série de interesses que iam do económico ao político, provenientes das esferas de interesse, portuguesas ou castelhanas, em que estavam inseridos. Pois, somente a inserção numa determinada rede de interesses comuns permitia às instituições eclesiásticas em causa um apoio que permitisse a sua sobrevivência.

VALIGNANO E A APOLOGIA DO BREVE DE GREGÓRIO XIII

1. A DEFESA DO PADROADO E DOS DIREITOS PORTUGUESES

Num primeiro nível, Valignano vai esboçar a apologia do direito do breve de Gregório XIII em torno da questão dos direitos da coroa castelhana mas, antes de aprofundar as razões pelas quais discorda das alegações franciscanas, contesta o poder atribuído pelos franciscanos à coroa filipina unicamente seguindo a lógica:

"Acerca de todo esto, lo primero que me ocurre disir es, que en la verdad el frayle dio muy grandes titulos,

THE SPIRITUAL CONQUEST OF THE FAR EAST. FROM XAVIER TO VALIGNANO

*[...] agora conforme a la grandesa de los titulos les dá tambien la carga, y obligacion, y sio es verdad, que los Reyes de Castilla son obligados con obligacion estrechissima y de jure divino [...] de hazer todas las cosas, ni les bastar los Reynos de España, ni los de Italia, ni otros, que tienen, para cumplir con ellas: y ansi la donacion de Alexandro 6º no fuera para los Reyes de provecho, sino de perdicion, y carga intolerable: por lo qual dexe el frayle de tratar de las obligaciones de los Reyes, y de los cuidados de los Reynos del mundo...*²¹

Assim, da mesma forma que para os franciscanos era fundamental a valorização do Padroado e do alargamento da esfera de influência castelhana, Valignano irá contrapor à argumentação franciscana a defesa do Padroado e dos direitos portugueses. O visitador jesuíta recorda que

“... el mismo Rey Nuestro Señor que lo es de la Corona de Castilla, y Portugal, trata de las cosas de Japon, y de todo esto comercio oriental, como de cosa que heredo de la corona de Portugal que a el le pretence; y ansi como Rey de Portugal hase merced a los Portuguezes de la Viagen de Japon, y los hase tambien Capitanes de la China, y como Rey de Portugal provee la China, y Japon de Obispo, y de todo lo necessario para los nuestros, que por la via de Portugal se envian a Japon; y allen de desto tiene prohibido com muchas Proviziones muy rigorosas; que ningunos Castellanos seglares, ni Ecclesiasticos vayan de nueva España, Peru, o Philipinas a la China, ni a Japon”

acrescentando que

*“de Su Magestad pertenece Japon al patronasgo de la Corona de Portugal, y no de Castilla: allen de desto antes que el Rey nuestro Señor heredasse la Corona de Portugal, siendo Rey de Castilla, nunca trato de metter ministros en Japon, ni en la China antes lo prohibia a los Castellanos expressamente...”*²²

Mas Valignano vai mais longe. Para além de afirmar que Filipe II também é rei de Portugal, reforça a ligação da coroa filipina a Portugal, identificando os interesses desta com os próprios interesses portugueses:

“Pergunto yo, si el Dimonio sembrador de toda Zizania quizesse agora procurar de meter discordia, y odio capital entre los Portuguezes, y Castellanos, que invension pudiera hallar mejor, y que medio mas acomodado que este, de pretender, y tratar

*de quitar al Arçobispado de Goa, los obispados de Japon y China, y a las Religiones de la India, los Conventos, y Religiosos, que tienen en estas partes, y a aquellos estados la ciudad de Macan, con el comercio, y viage de Japon, y a la nascion Portuguesa el provecho, y honra de todo esto, que ella gaño con tanto derramamiento de su sangre, para lo entregar todo a los Castellanos de Manila? importa mas al servicio, y honra de Su Magestad engrandecer la ciudad de Manila, que conservar los estados de la India? [...], si se hisiessen los trueques, que el frayle dize, los estados, que Su Magestad tiene en Malaca, y en la India, del todo se perderian, quitandoles este comercio el provecho; por que con el se sustentan, y del se saca la mayor parte de la rentas, que Su Magestad tiene en las Aduanas de Malaca, y de la India...”*²³

A manutenção de uma esfera de influência portuguesa, não só religiosa, mas também política e económica, era fundamental para a manutenção da Companhia. Tanto franciscanos como jesuítas mais do que fazerem a defesa das suas Ordens, alargam os seus argumentos apoloéticos aos poderes que garantem a sua sobrevivência. Assim, se Jerónimo de Jesus e frei Martin orientam a sua argumentação no sentido da valorização de Manila, Valignano irá fazer a apologia do poder português e dos portugueses e, sobretudo, irá valorizar a manutenção de Macau sob a influência portuguesa. Contudo, de modo a ajustar-se à argumentação do Padroado espanhol, orientará sempre a sua apologia de um Macau português no sentido de que a sua manutenção sob esse domínio será a situação mais benéfica para a coroa filipina:

“... por que primeramente los Reynos, e estados de la Corona de Portugal, no son menos de la Corona de Su Magestad, que los Estados de Castilla, y por esso en qual quiera empresa, que se viene de inventar en estas partes orientales por los Castellanos de Manila se han de tener mucho miramiento no solo a lo que está bien a Manila, y a los Castellanos, mas tambien lo que puede resultar de bien, y mal estos estados, que tiene Su Magestad de la Corona de Portugal, por que fuera cosa contra rason, y todo buen gobierno si mientras se procura de haser alguna empresa que parece provechosa para Manila se cauzasse algun grande mal de mayor importancia a los demas estados, que el Rey tiene en esta conquista de Portugal, que son de mucha mas importancia,

DE XAVIER A VALIGNANO. A CONQUISTA ESPIRITUAL DA ÁSIA

que Manila, y assi aun que paresca al frayle, y a otros de Manila, que es bien tomar la Isla hermosa por estar en el camino para Japon, y China, y las demas partes, toda via todos los Reynos, que nombra pertencen a la conquista de Portugal, y en ellos los Portuguezes, tienen comersio, y posesion antigua [...], y si los Castellanos tuvieren algun puerto en la Isla hermosa ado pueden ir los Chinas a vender sus mercadorias, quedará despoblada esta ciudad de Macan, y perdido el comercio, que tienen en ella los Portuguezes de la India, y por el consequiente quedaran tambien perdidas las Aduanas que tiene Su Magestad en Malaca, y en la India quedaran tambien perdidos todos los hombres de la India que son vassalos de Su Magestad pues el mayor remedio, que tienen es por esto comersio, como se ha dicho, y averse de seguir este daño es muy cierto.”²⁴

Mas a resposta de Valignano, na sua tentativa de protecção da esfera de influência portuguesa, não se limita a uma atitude defensiva, negando apenas com as suas respostas as considerações franciscanas. O visitador jesuíta, com o objectivo de defender a manutenção dos interesses portugueses, chega mesmo a qualificar o serviço prestado pelos portugueses à coroa filipina como superior ao que é prestado pelos castelhanos:

“... los Portuguezes son tan fieles vassalos a el Rey, como los Castellanos de Nueva España, y Manila, pues hasta agora por gracia de Nuestro Señor, nunca se acho en esta parte de la India Portuguesa, que no fuesse fiel a su Rey: mas todos siempre dieron con mucha facilidad sus vidas, derraman la sangre en su servicio; mas no se si lo hisieron assi algunos Castellanos en el Perú, y Nueva Espana, como se podra ver en sus historias...”²⁵

2. A REDIFINIÇÃO DOS PODERES SECULAR E PAPAL

Valignano poderia, simplesmente, ter contestado a argumentação de frei Martin através da evocação do exercício dos direitos da coroa filipina na Ásia Oriental pelo facto de esta ser herdeira da coroa portuguesa. No entanto, leva a sua argumentação mais longe. Para Valignano, mais importante do que esclarecer por que via ibérica é que advinha a legitimidade para exercer o poder sobre a Ásia Oriental, era necessário definir qual a acção que devia caber as poderes seculares e religiosos na sua relação com estas sociedades. Consequen-

temente, Valignano vai proceder a uma redefinição da conceptualização de poder papal e de poder secular, de modo a legitimar o breve de Gregório XIII.

Na sua *Apologia*, o padre jesuíta afirma que a coroa filipina, independentemente de ser por via portuguesa ou castelhana, está longe de possuir um poder onnipotente sobre a Ásia Oriental.

Valignano, em primeiro lugar, apresenta aquilo que pode ser considerado como os direitos da coroa castelhana decorrentes da concessão papal:

“La 1ª cosa pues, que por esta donacion el Papa concidió a los Reyes fue darles poder, para que ellos solos, pudiesen descubrir todas las terras, y Islas, y Reynos, que estan en este nuevo orbe [...]. La 2ª cosa, que les dio fue el comercio de todas las tierras, Islas, y Reynos que descubriessen, quitando a todos los otros esta facultad [...]. La 3ª cosa, que les dio fue tomarlos por sus Coadjutores, y ministros de la promulgacion del Santo Evangelio por todo el orbe, y para procurar la salvacion de las almas, asi de los fieles, como de los infielles, comonicando tambien este poder a ellos solos, lo qual por justas causas pudo hazer, y convenia, que se hisiesse, assi por la mucha commodidad, que desto nascia a la Iglesia, como por heuitar desordenes, y confusiones que sem duda havian de nacer entre los Reyes si otros tambien pudiera concurrir a hazer lo mismo. La 4ª cosa, que les concedio, fue potestad, de que aviendo justas causas, y justos titulos (que por muchas razones se pueden adquirir, como declaran los Doctores) pudiesen mover guerra, y conquistar los Reynos, y Provincias de aquellos Reyes infieles, que les diessen occasion, y justa causa para esso, y esta potestad reservó a ellos solos, y desta manera los hizo verdaderos Señores desta conquistas, lo qual fue poder mui grande, y de mucha honra, y provecho [...], y finalmente haser todo lo que pueden en sus propios Reynos heriditarios [...]. El 5º poder, que les dio, fue hazer de tal manera suya esta conquista con todas las facultades, que arriba se han dicho, que la pueden justamente deffender a todos los demas Señores, que quizieran entremeterse en algunas delas cosas arriba dichas...”²⁶

No entanto, Valignano recusa estas cinco razões. O visitador jesuíta nega que seja possível qualquer concessão de poder temporal a qualquer príncipe secular, dado que o Sumo Pontífice não exerce a sua função como senhor temporal:

THE SPIRITUAL CONQUEST OF THE FAR EAST. FROM XAVIER TO VALIGNANO

*“... el Papa, ni se puede llamar Rey, ni Señor temporal del mundo, ni de ninguna parte del por la comunicacion, que Christo Nuestro Señor dexo; aun que por otra parte nihil obstat ser Rey e Señor temporal de algun Reyno, como de hecho lo es de todo el Patrimonio de la Iglesia, mas este dominio tiene por humana concession, y no por que JESU Christo le dexo.”*²⁷

Deste modo, perante a argumentação franciscana, Valignano irá redefinir aquilo que, na sua concepção, é o verdadeiro poder do Papa.

Valignano irá fundamentar a contestação à noção de Papado enquanto poder secular, recorrendo à génese do Cristianismo e ao ministério de Cristo. Começando a fundamentação da sua negação de que o Papa possa conceder qualquer tipo de poder secular, o visitador jesuíta escreve que

*“Es verdad que por otra via Christo Nuestro Señor, tiene enquanto hombre mucho mayor, y mas Libre Señorío en todo el mundo, de lo que tienen los Reyes, por que [...] tuvo la potestad, que llaman de excellencia, que es propria de JESU Christo, y incommunicable a los otros [...]. Christo Nuestro Señor enquanto hombre por esta potestad de excellencia sobre natural, es prefectamente Señor del Cielo, y de la tierra, y de todas las creaturas corporales, y spirituales; y por esta misma potestad pudiera, si el quisiera, tener el Señorío temporal, humano, y civil, como tienen los Reyes deste mundo [...], toda via en la verdad no tuvo, ni quiso tomar el Señorío temporal, civil, y humano de la manera, que tienen los Reyes, y ansi con esta manera de dominio no fue, ni se pueda dizir, que fue Rey temporal, y Señor del mundo.”*²⁸

Para Valignano, é lógico deduzir que

*“... si aun el mismo JESU Christo nuestro Señor enquanto hombre, no fue monarca, y Señor temporal del mundo con este dominio humano, que ay entre los hombres, aun que tuvo indirectamente tambien dominio en lo temporal in ordinem ad fine spiritualem, mucho menos se puede dizir, que el Summo Pontifice su Vicario sea monarca, y Señor temporal de todo el mundo...”*²⁹

Concluindo, sobre a origem do poder papal Valignano afirma que de Cristo o Papa somente recebeu o poder espiritual. Deste poder espiritual, Cristo deixou uma parte ao Papa, para que o seu Vigário pudesse encaminhar as almas:

*“... y desta potestad spiritual dexo la parte, que quiso, al Summo Pontifice su Vicario, conforme a lo que le pareció necessario, y conuiniente para poder bien gobernar su Iglesia, y encamiñar las almas a su fin sobrenatural, y quitar los empedimentos, que lo contrariassen: mas por que ni esta potestad fue comunicada al Summo Pontifice con la latitudo, y excellencia, que el la tenia, ni se podia del todo commonicar a ninguna pura creatura igualmente, mas solamente se la commonicó por partes de la manera que se há dicho, por esso no tiene el Summo Pontifice sobre todos los hombres fieles, y infieles essa omnimoda, y ilimitada potestad, como la tenia Christo”*³⁰

e, precisamente por esta responsabilidade espiritual ter sido concedida por Cristo, nunca poderia ser alienada do património do Sumo Pontífice:

*“... Christo Nuestro Señor, por aquel mandamento, y precepto, hase al Papa Pastor universal de su Iglesia, y [...] en ninguna manera, quedando Pastor la pudo hechar de si descargando en otro. A por esto esta obligacion es de jure divino, annexa por JESU Christo al Summo Pontificado; y ansi se transfiere necessariamente a sus sucessores, por lo qual no quiso ni pudo Alexandro 6º quitarla al Pontificado con esta donacion. Allen de desto, assi la potestad, como la obligacion, que el Papa tiene, es sobrenatural, y como agora diziemos de jure divino annexa a su officio, y el poder, que tiene los Reyes de Castilla es meramente humano, y civil, concedido a ellos de jure positivo, y ansi es mui diferente, y diverso de aquel, que tiene el Summo Pontifice, y por ser esta cosa tan clara, no ay para que gastar muchas palabras em probarla.”*³¹

Valignano, nesta sua visão da génese do poder papal, pretende responder à noção vigente no interior do Padroado castelhano de que a concessão de Alexandre VI delegava nos reis de Castela todas as responsabilidades políticas e de evangelização dos povos da Ásia Oriental. O visitador jesuíta, nesta definição do que é verdadeiramente o poder papal, nega que o Sumo Pontífice possa delegar competências estritamente seculares. Desta conceptualização de Valignano poderia resultar a conclusão de que o padre jesuíta, com estas suas opiniões manifestadas na *Apologia*, estava a reduzir drasticamente a importância do Papado. Contudo, Valignano só minimiza o poder secular do Papa com o objectivo de destacar e

DE XAVIER A VALIGNANO. A CONQUISTA ESPIRITUAL DA ÁSIA

sobrevalorizar o seu poder espiritual. O visitador jesuíta, deste modo, justifica a legitimidade de Gregório XIII em conceder à Companhia de Jesus a exclusividade da evangelização do Japão.

3. A APOLOGIA DO BREVE DE GREGÓRIO XIII E A EMERGÊNCIA DE UMA NOVA CONCEPTUALIZAÇÃO DE EVANGELIZAÇÃO

Neste estudo, a divergência entre a legitimidade do breve de Gregório XIII, defendida por Valignano, e a ilegitimidade do mesmo, secundada pelos franciscanos, não pode ser unicamente analisada como uma diferença de interpretação de direito canónico ou secular. O mais relevante na argumentação sobre as legitimidades do poder papal ou da coroa castelhana, é a existência de uma concepção divergente do que deve ser a relação dos poderes europeus com estas novas sociedades.

Para Valignano, a subordinação da missionação ao Papa, a um poder exclusivamente eclesiástico, encontra um sentido mais profundo na medida em que possibilita encontrar um modo de evangelização adequado a estes novos mundos. Assim, Valignano ao fazer a apologia do breve de Gregório XIII, afirma que o Papa

*“puede proponer a los infieles el Evangelio, y procurar por las vias convinientes la Salvacion de sus almas, nim los puede obligar a recibirlo, ni meterse a juzgar sus causas, y con los mismos Christianos hade uzar de la piedad...”*³²

Valignano apresenta a sua interpretação do que são os limites e as obrigações do Sumo Pontífice, no entanto, nos fundamentos da sua argumentação, emerge uma concepção do que deve ser a relação da Igreja com estas sociedades da Ásia Oriental. A constatação de uma necessidade de adequação a novas realidades que são objecto da evangelização está bem expressa quando Valignano utiliza a expressão *“... procurar por las vias convinientes la Salvacion de sus almas...”*

A defesa do breve de Gregório XIII por parte de Valignano evidencia já o conceito principal que está presente em toda a *Apologia* e, sem dúvida, em todo o seu pensamento missionário: a actividade missionária deve ser compatível com o objecto que se pretende evangelizar. Consequentemente, qualquer política de missionação tem que passar por uma constatação e nunca negação da realidade em causa.

Valignano coloca a argumentação teórica de frei Martin e de outros franciscanos em confronto com a própria realidade. Assim, afirma que, com a concessão papal ao reis de Castela,

*“... ni los Reyes infieles de todo este nuevo orbe dexaron por esta donacion de ser verdaderos Señores de las tierras, y Reynos, que possuian, ni por esta concession los Reyes de Castilla se los pueden quitar, o trocar a su voluntad, ni castigarlos, por los vicios, y barbarias, que tienen, ni darles ningunas leyes, sinon es caso que con justas razones, y titulos llegassen a ser Señores de sus Reynos, y tierras...”*³³

Enquanto que para Valignano o breve permite uma política de evangelização adaptada à realidade japonesa, a subordinação da mesma ao poder castelhano, como defende frei Martin, implicaria uma submissão desses poderes regionais. Para que todo o Cristianismo se implante e fortaleça, frei Martin afirma que os reis de Castela

*“tienen necesidad de tomar algunos puertos, principalmente aquellos adonde acuden las naves de sus vaçalos con mercadorias a contratar con los naturales, como son Nangasaqui, Firando [Hirado], y otros lugares, commodos, y necesarios para esto, edifficando fortalezas, y baluartes, y hasiendo armadas fortalecidas con artelheria, municion, y gente de guierra [...], y tomando posesion de muchos Reynos [...], privar los Tiranos de sus reynos, conforme a lo que merecen sus delitos, y agravios hechos a los Christianos, y haser otras muchas cosas, que son annexas a la Corona real de Su Magestad, por razon del ministerio, y suprema potestad que tiene en estes Reynos; pues en todas las Indias la tiene de jure, et de facto.”*³⁴

Para frei Martin, a conquista do Japão era indispensável para o progresso do Cristianismo na Ásia Oriental:

“de aqui esta abierta puerta para la China [...] y aviendo Rey Christiano en Japon, y entendiendo el Rey nuestro Señor, y poniendo mano en esta conversion, podia embiar al Rey a la China ministros, y el no se atreveria a dexar de recibirlos; y ansi con la ayuda de nuestro Señor, y con la deligencia, y cuidado de los Reyes Catholicos de España, se reparara por aqui la Iglesia de Dios lo que ha perdido en Europa por Francia, Alemania, Flandres, y Inglaterra fuera de esto se seguieria al aumento de su real Corona, y se aumentaria la

THE SPIRITUAL CONQUEST OF THE FAR EAST. FROM XAVIER TO VALIGNANO

*reputacion de los Españoles en todo esto nuevo mundo, por que a los Españoles, con los Japones teniendo amistad, y paz, nada se les atreviera, y con poca costa pueden haser grandes exercitos con los Reyes, que tuvieren a su amparo, y devotos, y obligados suyos; con esto podran pacificar la China, y todo esto nuevo mundo.*³⁵

Esta argumentação franciscana coloca-se num extremo oposto à que é apresentada pelo visitador jesuíta. Valignano recusa a violência como modo de imposição do Evangelho, dado que o uso da força implica a recusa da especificidade do espaço onde se pretende introduzir o Cristianismo:

*“hande procurar de haserlo por medios justos, y convinientes, y no se hade predicar el Evangelio con la Espada en la mano, y con gente armada, y tomar luego los Reynos a los que no la quieren recibir, por que ni deven, ni pueden proceder desta manera.”*³⁶

A afirmação da supremacia do poder papal na política de evangelização, concretizada através do breve de Gregório XIII, permitia aos missionários jesuítas encontrarem as vias mais adequadas para o progresso do Cristianismo no Japão. Graças ao breve de Gregório XIII, Valignano encontra autoridade para afirmar que

*“... yo cierto con ser agora en estas partes Superior de todos ellos, confieso que ni con mucha facilidad, ni con mucha dificultad me atreveria a haser, que ningun Señor Estrangero pudiesse venir a poseer en Japon quatro palmos de tierra quanto mas haserle Señor de todo Japon, y lo que digo de mi, digo tambien de todos los demas Padres.”*³⁷

Esta discussão em torno da primazia de poderes por parte de Valignano e dos franciscanos reflecte a existência de argumentos que irão estar presente nas críticas do visitador jesuíta ao estilo de missão franciscana. Valignano, ao criticar a posição de força defendida pelos franciscanos, introduz o conceito de experiência como condicionante absoluta do conhecimento.

Segundo o missionário jesuíta, na apologia do poder castelhano, os frades franciscanos evidenciam uma atitude típica da sua actividade missionária nos anos de 1593 a 1597. Na perspectiva de Valignano, as formulações franciscanas assentam no erro de ignorar um conhecimento dos espaços em causa, factor determinante para a existência de um pensamento missionário. Um desconhecimento que

não só advinha de uma in experiência do espaço a ser missionado, mas também, como Valignano escreve na *Apologia*, de um desprezar dessa mesma experiência como elemento decisivo na estruturação de uma política missionária.

Esta situação é particularmente clara na questão de um apoio militar aos dáimios cristãos, como modo de proporcionar uma invasão castelhana do Japão. Frei Martin afirma que:

*“Tambien es necessario, que se offresca el Governador de Manila luego a D. Augustin³⁸ [...]; por que muerto el Rey si sucediere aver rebueltas en el Reyno a el le hade caber buena parte del [...] y adunandose el, y los Españoles las cosas de la Christandad de Japon, con ayuda de Dios, se pueden poner en buenos terminos.”*³⁹

Na resposta, Valignano procura demonstrar que as soluções dos franciscanos e de frei Martin revelam um desconhecimento do Japão, consequência da negação da experiência como elemento regulador da acção missionária. Segundo o visitador jesuíta, esta atitude conduz ao erro, que somente pode ser evitado se esse conhecimento for baseado na experiência e não num simples pressuposto teórico, como é facto de D. Agostinho ser cristão e, consequentemente, poder contribuir para um domínio castelhano sobre o Japão.

A argumentação de Valignano em torno de questões que implicam uma discussão das características de uma determinada sociedade apresenta sempre esse espaço como um todo complexo. O conhecimento concreto da realidade leva a uma formação de variáveis que se afasta de uma solução simples, como a que é avançada por frei Martin. Valignano afirma que

“Este es el primero medio, y harto fraco, que da el frayle para introducir los Castellanos de Manila en Japon, por que aun que D. Augustin, es buen Christiano, y valeroso Capitan, como el dize, toda via tuvo todo su ser de Quambacu, y depiende de su vida, y con su muerte [...] digo por la experiencia que tengo de Japon, que parece cosa imposible querer ni D. Augustin, ni ningun otro Señor Japon, admitir ninguna gente estrangera ni juntarse con ella para haser guerra en Japon, assi por que los Japones no tienen a los estrangeros en tanta estima, que les paresca, que les puedan dar ayuda en su tierra, como tambien, por que entienden, que solo con intentar de llamarlos en su ayuda, quedaron

DE XAVIER A VALIGNANO. A CONQUISTA ESPIRITUAL DA ÁSIA

luego partidos, por que todos los demas Señores Japones davan contra quien los llamaren [...]. Fuera de esto como la tierra es tan pobre, y los Señores tan faltos de dinero, no tienen ningun remedio para sustentar estrangeros. Finalmente son los Japones de su natural tan altivos, y de lengoa, costumbres, y modo de proceder tan contrarios a los nuestros, que no se puede esperar buena liga entre unos, y otros.”

Nestas suas palavras, em que contesta a solução franciscana para o Japão, emerge já a noção de que cada espaço é caracterizado por especificidades e características particulares, que invalidam qualquer atitude pré-concebida como imediatamente válida na evangelização destas sociedades, pelo que Valignano completa o seu raciocínio escrevendo que os japoneses não são:

“como los naturales de Perú, y Nueva España, que no entiendan mui bien, que se venire soldados estrangeros a Japon, no será para los servir a ellos, mas para haserse Señores.”⁴⁰

Valignano demonstra a sua experiência pela elaboração de um discurso caracterizado pela proliferação de pormenores que, assim, se pretende contrapor a concepções abstractas ou teóricas por parte dos seus adversários franciscanos. Uma situação semelhante à que é referida anteriormente ocorre quando frei Martin afirma que, para a defesa dos interesses castelhanos, é fundamental que a coroa se empenhe na conquista da ilha Formosa:

“... es necessario de necesidad preciza, que Su Magestad mande al Governador de Manila, que procure tomar la Isla Hermosan [...] viniendo los Japones a apoderarse della, como vendran, será total destruicion de la republica de Manila, y esta Isla está trienta leguas de Chincheo Provincia de la China, y ocho dias de camino de Japon, y assi es una llave mui necessaria para los negocios de Japon, y China, y hasiendo una fortaleza, con gente de guarnicion, que la podran sustentar con las encomiendas que repartiran con una nave, que despacharan de la nueva España pondran a los Chinas en apierto, y lo que es mas, que toda la Isla se converterá a la fé y otras Islas que estan allá acerca...”⁴¹

Valignano responde confrontando o frade franciscano com a diversidade e complexidade do real e, como o conhecimento que possui da realidade contradiz as soluções apresentadas pelo seu adversário, escreve que:

“... no sé quan assertado discurso es tratar de tomar la Isla hermosa para assegurar a Manila, pareciendole que los Japones podran tomarla, y desde allí conquistar a Manila, por que primeramente Quambacu de ocupacion tiene en conquistar a Coray, y China, como pretiende, y terna bien que haser toda su vida en salir con esta empreza, sin poder ocuparse, con otras [...] ni ay para que la temer por que Manila está mui lexos de Japon [...] y los Japones no son tan grandes gerreros por la mar, que puedan salir tan lexos de su tierra, por que ni tiene embarcaciones altas para esso, ni pueden haser armadas [...] y si fueron a Coray, y de allí pertenden ir a la China, es por la grande vizindad, que essas tierras tienen con Japon [...], y por esso ninguna probalidad ay, que pertienden los Japones de conquistar Manila; podran ir algunas embarcaciones a Manila de corsarios, y ladrones [...], mas nunca podran haser armadas con gente bastante para ir a conquistar tierras tan lexos, conforme a lo que entiendo, por la esperiencia que tengo de Japon, antes digo, que tratan los Castellanos de tomar la Isla hermoza sera un despertarlos, por que sabiendo Quambacu que ellos conquistan aquella Isla, se movra a mandar gente contra ellos por no los tener tan visinos, y esto lo podra hazer con mas facilidad, por que la Isla hermoza esta muy cerca de las Islas de los Liquios, que estan subjectos a los Japones, y de ellas podra embiar quanto gente quisiere para la Isla hermosa...”⁴²

Quando Valignano contesta a conquista da Formosa, e até mesmo os planos de frei Martin para a conquista da China não está somente a defender a integridade de Manila, mas também a manutenção de Macau como um centro comercial sem concorrência na costa chinesa. Contudo, o autor da *Apologia* procura fundamentar o seu raciocínio não num pressuposto jurídico abstrato, mas num conhecimento do espaço em causa. Daí que Valignano comente os planos de invasão da China, valorizando mais uma vez o conhecimento e a experiência: *“... por que a los que sabemos de aquella tierra parece esto una pura quimera...”* e, continuando, afirma que

“... otro poder era necesario, para se haser Señor de tanto Imperio del que podra nunca tener el Governador de las Philippinas, por cuya via, dize el, podria facilmente hazer esto los danos, que se

THE SPIRITUAL CONQUEST OF THE FAR EAST. FROM XAVIER TO VALIGNANO

*seguirían a los Portuguezes con estas mudanças, y al estado de la India son muy ciertos, mas los provechos, que el frayle acrecienta, que se seguirían a la hacienda de Su Magestad, y al bien de las almas, no solo son muy dudosas, y muertos, mas antes parece que de ellos se seguirían muy ciertos inconvenientes, y daños. El primero, la mala satisfacion, y daño, que haría Su Magestad a los Portuguezes sus vaçalos, y a todos los estados de Malaca, y Maluco; y haser mui grande daño en su hacienda en todas las aduanas, que tienen en estas partes, por que como se ha dicho Maluco, Malaca, y Ambonio se sustentan con los redditus de las Naos que van de este puerto de Macan, y de ellas misma se saca buena partes de las rentas, que Su Magestad tiene en las Aduanas de la India [...] finalmente seria, perderse de todo este comercio de Japon y China con grande daño temporal de todos sus estados de la India, y corona de Portugal, juntamente con este mismo puerto de Macan; por que con solo quitarle los Chinas los mantinimientos, avian forsadamente de dexarlo: por que viene por la mano de ellos, sin tener otro remedio...*⁴³

A polémica em torno do breve de Gregório XIII, a contestação franciscana ao exclusivo da Companhia de Jesus e consequente resposta do visitador jesuíta, permitem perceber alguns dos aspectos mais característicos do pensamento deste missionário. Valignano apresenta-nos o pensamento de frei Martin como estando desprovido de sentido, na medida em que, devido a uma desvalorização da experiência, não existe um conhecimento da realidade sobre a qual se elabora um discurso. Consequentemente, opõe-se às soluções franciscanas de cristianização do Japão, demonstrando que as evidências do real não podem ser recusadas no equacionamento da política de evangelização.

Por outro lado, na apologia do breve de Gregório XIII assiste-se também à emergência dos principais traços do pensamento polemista de Valignano, profusamente usado numa obra como a *Apologia*. Assim, Valignano apresenta-nos uma retórica racionalizada. Ainda, e esta é a principal característica do pensamento retórico de Valignano, essa racionalidade encontra a sua lógica a partir de uma base empírica. É somente pela prática e pela experiência que se acede ao conhecimento e se produzem juízos verdadeiros⁴⁴.

A CONTESTAÇÃO FRANCISCANA AO BREVE DE GREGÓRIO XIII: A ESCASSEZ DE MISSIONÁRIOS COMO BASE DA ARGUMENTAÇÃO RELIGIOSA

Como se viu anteriormente, a afirmação da Igreja de Manila como a verdadeira defensora dos interesses castelhanos na Ásia Oriental é uma das estratégias encontradas pelos clérigos do Padroado castelhano para invalidar o breve de exclusividade de Gregório XIII. Ainda se, de um modo mais prático e eficaz, Manila pretendia valorizar-se como o mais importante agente da coroa castelhana, também atacava os direitos de exclusividade da Companhia de Jesus no Japão, evocando o estado calamitoso em que se encontrava a cristandade japonesa.

Esta argumentação de cariz religioso assenta num pressuposto que era apresentado como factual e irrecusável: a disparidade entre o diminuto número de missionários e o universo de cristãos existente. Embora a questão do desequilíbrio entre o número de missionários jesuítas e o número de cristãos seja sempre um tema presente nos textos franciscanos, este surge como o argumento determinante nos primeiros textos que, a partir de 1587, pretendem justificar uma entrada das ordens mendicantes.

Neste mesmo ano, em que Hideyoshi lança o édito anti-cristão, surgem vários grupos de cristãos japoneses em Manila com o objectivo de levar frades mendicantes a iniciar uma actividade missionária no arquipélago nipónico. As questões colocadas pelo bispado de Manila, em dois documentos de 1587, editados por Alvarez Taladriz, a *Información que recibió el obispo del estado que tienen las cosas de Japón* bem como a forma final dada à *Petición de los japoneses al obispo del envío de Religiosos de San Francisco e Santo Domingo a Japón*, incidem sobre a questão do escasso número de missionários jesuítas disponível para a cristandade japonesa.

Nesta linha de argumentação pode parecer surpreendente uma ausência de crítica, e até mesmo um elogio ao trabalho missionário da Companhia de Jesus. Frei Juan de Garrovillas, provincial dos Franciscanos de Manila, afirma que o próprio exemplo da missão da Companhia é a principal prova da disposição dos japoneses para o Cristianismo:

“Y ningun argumento hay mayor para conocer esto, que ver tan aumentada la fee y tan dilatado el

DE XAVIER A VALIGNANO. A CONQUISTA ESPIRITUAL DA ÁSIA

santo Evangelio en reynos tan indispuestos como eran los de Japon [...], y esto por el tiempo que los Padres de la Compañia, con sus muchos trabajos y santa industria y modos, dilataron la fee en aquellas partes, con tantos y tan conocidos y tan ciertos frutos [...], y no son encarecimientos los que dicen allí los Padres, sino verdades certísimas...

A actividade dos jesuítas nunca poderia ser menosprezada, o seu sucesso na conversão é necessário para demonstrar o elevado número de cristãos e a consequente desproporção entre estes e o reduzido número de clérigos. Este elogio ao trabalho dos jesuítas surge, não como um fim em si, mas como um meio necessário para afirmar a existência de uma cristandade numerosa a que, obviamente, era necessário responder:

*“... está tan dilatada la fee por aquellas provincias, ciudades y pueblos, que ay muy pocos o ningunos donde no haya abundancia de christianos...”*⁴⁵

Estabelecida a noção de que existe uma cristandade numerosa, esses primeiros documentos de 1587 pretendem destacar a disparidade existente entre o número de cristãos e a capacidade da Companhia em responder às necessidades da comunidade cristã. Assim, na *Información que recibió el obispo...*,

*“Preguntados cómo pueden tan pocos Padres doctrinar y administrar los sacramentos a tantos cristianos, como dicen que hay en el Japón [...]. Dijeron que los Padres que son sacerdotes cada año salen a confessar los que pueden [...], y que en muchos pueblos hay que no ven misa sino uno o dos veces al año, y que los que están cerca de donde residen los Padres se confiesan cuando están enfermos para morir [...]; pero los que están muy lejos donde los Padres no pueden ir ni ellos venir donde están los Padres se mueren muchos sin confesión...”*⁴⁶

No campo da argumentação religiosa, a Igreja de Manila apresenta a sua legitimidade de entrada no Japão, não ao nível de uma rivalidade entre Padroados, ou entre Ordens, mas como uma necessidade real, derivada do estado do Cristianismo no Japão. Tendo como base uma análise da documentação do Padroado castelhano, pode-se concluir que uma intervenção da Igreja de Manila no Japão, a partir de pressupostos exclusivamente religiosos, assenta fundamentalmente em dois pontos. Por um lado, procura justificar o fim do exclusivo jesuíta com a urgência em responder às necessidades da comunidade cristã existente. Por outro

lado, procura-se uma dramatização da situação, alegando-se que o futuro da evangelização está em perigo devido à escassez de missionários:

*“... no había ni al presente hay más de cinquenta o sesenta sacerdotes de la Compañia de Jesús [...], y se dejan infinitas gentes sin convertir por falta de ministros...”*⁴⁷

Estas informações e petições, que a partir de 1587 vão tomando forma no espaço eclesiástico de Manila, visam confrontar a Coroa castelhana e o Papado com a necessidade de uma alteração da política religiosa para o Japão.

Gradualmente, a documentação eclesiástica de Manila vai dramatizando a situação vivida pela cristandade japonesa. Em 1590, Pedro Baptista, que será o superior dos Franciscanos no Japão, escreve que os cristãos japoneses

“... quedarán desamparados y com muy poca esperanza de pasar adelante en la fe, y muchos, entendemos, volverán atrás y otros muchos entendemos, morirán sin confesión, y la multitud de los que desean el bautismo morirán sin él.”

Uma outra característica desta documentação produzida em Manila é a gradual desvalorização da autoridade do Papa, por oposição a uma crescente afirmação da legitimidade do bispo enquanto entidade reguladora da actividade missionária. Em 1590, três anos após o édito anti-cristão, numa petição de japoneses cristãos dirigida ao bispo de Manila, cuja forma final é dada por frei Pedro Baptista, já não se evoca a autoridade papal, mas sim a episcopal:

*“a vuestra señoría suplicamos y pedimos humildemente, como a pastor sustituto del Papa más cercano a nuestros reinos, mande remediar esta necesidad tan clara que hay en nuestras tierras, en las cuales sabemos que murieron cerca de dos mil almas cristianas, ahora dos años, sin confesión por falta de los ministros.”*⁴⁸

Analizando a documentação do Padroado castelhano, pode-se concluir que a resolução do problema da escassez de missionários no Japão se resolvia por uma simples lei de compensação. Na petição de 1587 escreve-se que os japoneses cristãos

“... después que a estas dichas islas vinieron, han visto en esta dicha ciudad muchos clérigos y Religiosos de diversas Ordenes [...], de lo cual están muy admirados y espantados, viendo que en una tierra como esta haya tantos ministros y en la suya, siendo tan grande y tan bien poblada

THE SPIRITUAL CONQUEST OF THE FAR EAST. FROM XAVIER TO VALIGNANO

*y de gente de tanta razón, no haya sino unos pocos de Religiosos de la Compañía.*⁴⁹

Para os mendicantes em Manila, a escassez de missionários num determinado espaço solucionava-se numa base de livre concorrência. Martin Ignacio de Loyola, um frade franciscano que, na década de 80 do século XVI, se distinguiu no combate aos monopólios jesuítas na Ásia Oriental, afirma claramente na sua *Viaje alrededor del mundo* que este problema existente nas ilhas japonesas

*“... se podría remediar fácilmente com mandar pasar a ellas religiosos de otras Ordenes para que ayudasen a los dichos Padres Jesuitas [...], como se ha visto por experiencia en todas las partes de las Indias donde han llegado religiosos a lugares de sus doctrinas; porque es tanta la gente que hay en estas islas, que, aunque fuessen muchos obreros del Evangelio y todas las Religiones, no se impedirían los unos a los otros y tendrían todos hartos en que ocuparse...”*⁵⁰

A Igreja de Manila, por intermédio das informações que redige, pretende corrigir o erro que constituiu o breve de Gregório XIII. Nas palavras de frei Domingo Salazar, bispo de Manila, surge a noção de reposição da verdade por oposição a um erro:

*“Pero ahora que se sabe la verdad y lo mucho que importa que vayan ministros de otras Ordenes [...], Su Sanctidad sin duda revocará el dicho mandato...”*⁵¹

1. A RESPOSTA DE VALIGNANO

Analisando a documentação do Padroado castelhano, é notório que, subjacente ao exame da situação da cristandade japonesa, está uma lógica daquilo que deve ser sempre a presença da Igreja nos espaços missionados.

É precisamente a partir desta afirmação mendicante do que devia ser um comportamento único da parte da Igreja, que Valignano vai fundamentar a sua argumentação. Pelo modo como, ao longo da *Apologia*, Valignano responde às críticas de Manila, emerge um conceito de verdade que permite ao visitador jesuíta contestar a argumentação do Padroado castelhano. Para Valignano, a verdade tem que ter uma base objectiva, isto é, tem que encontrar um fundamento exterior aos próprios interesses da entidade que analisa um problema e propõe uma solução. Deste modo, Valignano afirma que a verdade que as Ordens

mendicantes querem apresentar é o resultado, não de uma constatação objectiva de uma realidade, mas antes resulta de uma imposição de uma concepção pré-existente à realidade analisada. Valignano, na sua *Apologia*, vai pretender demonstrar que aquilo que os mendicantes referiam como algo objectivo (a escassez de missionários) e, consequentemente, verdadeiro, perde esta qualidade na medida em que é o resultado de um raciocínio subjectivo.

Valignano vai atacar a objectividade apresentada pela documentação mendicante, demonstrando que a solução apresentada para o problema da cristandade, e que consistia na abertura do Japão à entrada de outras Ordens Mendicantes, é determinada por uma concepção de missionação, e até mesmo de Igreja, estranha à realidade japonesa. Desta maneira, o visitador jesuíta torna uma pretensa análise objectiva numa construção subjectiva, tornando-a, assim, passível de contestação.

Valignano pretende demonstrar que por detrás da apologia da entrada de outras Ordens no Japão está uma concepção de missionação caracterizada pela existência de uma Igreja constituída por diversos corpos e que era esta concepção que, verdadeiramente, se opunha à exclusividade da Companhia de Jesus e não a escassez de missionários ou qualquer outro facto que tivesse fundamento na realidade japonesa. O autor da *Apologia* cita uma carta de Martin Ignacio de Loyola escrita ao vice-rei D. Duarte de Meneses em 1587, como resposta a duas provisões escritas pelo mesmo no ano anterior: a primeira a Domingos Monteiro, capitão da nau de Macau (12/4/1586) e a segunda ao bispo de Macau (2/5/1586), onde intimava a que o breve de exclusividade da Companhia fosse escrupulosamente cumprido.⁵² Frei Martin Ignacio de Loyola afirma ao vice-rei

“... que se por nome diversos, entendem contrariedad, he heregia dizer que nos estados Ecclesiasticos há contrariedad, pois todos ellos confissão ser bons, e aprovados [...], dizer que esta variedad hé fealdade, e que parece mal, respondese, que esta parece propozición erronea, e contraria a verdade, pois consta, que a fermozura do Universo consiste em haver variedad de cozas.”

Numa outra parte da referida carta é possível ler que, para frei Martin Ignacio, o

“... impedir a todos os Ecclesiasticos que não vão ao Reyno do Japão [...] senão pode affirmar sem grande Soberba, e temeridade: por isso seria,

DE XAVIER A VALIGNANO. A CONQUISTA ESPIRITUAL DA ÁSIA

de trahir dos Senhores Bispos, que são os mais antigos Pregadores de Santo Evangelio, e das mais religioens tam antigas fundadas, com tantos Santos canonizados, milagres, e sangue derramado por esta mesma pregação antes que houvessem os Padres da Companhia.”⁵³

Valignano contesta a concepção mendicante, afirmando que a mesma radica numa concepção de missionação que ignora as características da sociedade missionada. Consequentemente, o autor da *Apologia* vai seguir um caminho inverso ao dos mendicantes. Se para autores como Martin Ignacio de Loyola um determinado comportamento da Igreja num espaço missionado deve estar condicionado a concepções exteriores a esse espaço, Valignano vai justificar o exclusivo jesuíta a partir da realidade japonesa, tornando assim esta opção em algo objectivo. O visitador jesuíta justifica o encerramento do Japão a outras Ordens com a relação que os próprios japoneses têm com as diferentes seitas budistas. Para Valignano, a entrada das ordens mendicantes não deveria acontecer

“... para que por la novedad de otros clerigos, y Religiosos que pudiesen hir a Japon, no viniessen los Japones a perder el credito, que agora tienen de nuestra Ley pareciendoles, que tambien era ella invencion humana, y esto no por que si sentiesse mal de otras Religiones mas por la ocasion particular, que avian en Japon, para ellos poder formar este concepto por que una de las principales cosas, que mueve a los Japones a dexar sus seitas, y a tomar nuestra Santa Ley es ver la diversidad de opiniones, que ay entre los gentiles, y entre los Bonzoz de unas mismas sectas; y por otra parte la conformidad, que ay en la doctrinas, que nos otros les damos no hallando entre los Padres ninguna diversidad, ni diferencia. Por onde su entendimiento concluen, que las cosas de sus sectas que son tan varias, son tan mintirosas, y invenciones proprias de los Bonzos, y las nuestras son verdaderas, y de Dios, pues son tan uniformes [...] toda via viendo la diversidad, que tienen en muchas opiniones, y la diferencia de los habitos y del modo de proceder, y lo que es peyor la emulacion, que costumbra haver entre varias Religiones, muy facilmente podrán caer en este concepto, que nuestra ley tiene sectas distintas, y es invencion como la de sus Bonzos.”⁵⁴

Valignano, na *Apologia*, contrapõe dois modos diferentes de conceber a presença da Igreja no Japão, para depois fundamentar a que lhe parece mais adequada. Martin Ignacio de Loyola justifica a presença de várias Ordens no Japão a partir de um modelo

ecuménico de Igreja. Há uma mundivisão externa ao espaço japonês que procura legitimar a atitude em relação a esse espaço. A própria validade da diversidade de ordens deve ser um reflexo da variedade do Universo, “... pois consta, que a fermozura do Universo consiste em haver variedade de cozas.” Existe um sistema que deve permanecer inalterável e no qual se devem integrar as situações particulares.

Valignano vai inverter esta lógica, demonstrando que o geral é passível de ser alterado pelo particular, ou seja, a Igreja para sobreviver num determinado espaço tem que se deixar condicionar pelas particularidades do espaço onde se pretende inserir. Deste modo, Valignano apresenta a objectividade da sua argumentação por oposição à subjectividade das alegações franciscanas de Manila, dado que a sua apologia do exclusivo jesuíta assenta na realidade específica em causa.

A *Apologia* surge, por isso, como uma obra reveladora de dois modos de missionar distintos que, a partir de 1593, vão coexistir no Japão. Por um lado, existe a missionação franciscana, caracterizada pela noção de um mundo secular e pagão, em relação ao qual não se pode fazer qualquer tipo de cedência, o que implicava a recusa em racionalizar o comportamento missionário a partir de uma análise do mundo em que se está inserido. Por outro lado, assiste-se também a um modo de missionação jesuíta, resultante de uma nova sensibilidade reformadora, emergente no seio da Igreja Católica. É neste contexto que Valignano, com o objectivo de conseguir uma implantação do Cristianismo nas sociedades evangelizadas, admite formas de cedência e compromisso com esses espaços culturais. Deste modo, a análise do debate em torno dos direitos luso-castelhanos na Ásia Oriental, neste âmbito da rivalidade entre Ordens religiosas, terá sempre que ter em consideração a sua inserção em duas concepções distintas de Igreja e de evangelização. **RC**

Nota do autor: Este artigo baseia-se na minha tese de mestrado em História Moderna, apresentada em 2001 na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, com o título “A concepção de missionação na *Apologia* de Valignano. Estudo sobre a rivalidade entre jesuítas e franciscanos no Japão (1587-1597)”.

THE SPIRITUAL CONQUEST OF THE FAR EAST. FROM XAVIER TO VALIGNANO

NOTAS

- 1 Sobre a vida de Frei Martin de la Ascensión (1567 - 1597) v. Diego Yuuki, S. J., *The Twenty-Six Martyrs of Nagasaki*, Tóquio, Enderle Book, 1998. Jerónimo de Jesus (m. 1601) nasceu em Lisboa e tomou o hábito no convento de São Francisco de Córdoba. Parte de Sevilha em Janeiro de 1593, chegando a Manila em Maio de 1594, para entrar no Japão em Agosto desse ano. Na sequência do martírio franciscano de 1597, parte do Japão em Outubro, para regressar após a morte de Hideyoshi, em Julho de 1598. As cartas e relações de Jerónimo de Jesus são uma das mais importantes fontes para o estudo da rivalidade entre franciscanos e jesuítas. V. Lorenzo Pérez, O. F. M. (ed.), *Fr. Jerónimo de Jesús. Restaurador de las Misiones del Japon. Sus Cartas y Relaciones (1595-1604)*, Florença, 1929, doravante esta obra será designada somente por “*Jerónimo de Jesús*” quando se tratar de uma citação da sua *Relacion del glorioso martirio del Padre Fray Pedro Baptista y sus compañeros, embajadores y nuevos predicadores en el reyno de Japon*. Quando se fizer uma citação da sua correspondência, essa designação será acompanhada, sempre que possível, pela referência ao emissor, ao destinatário e à data e local onde é escrita a carta.
- 2 *Apologia*, Prefácio, ff. 1-2.
- 3 Acerca da integração das divergências entre as Ordens religiosas no contexto da rivalidade luso-espanhola, v. João Paulo Oliveira e Costa, “A rivalidade luso-espanhola na Ásia Oriental e a querela missionológica no Japão” in *O Século Cristão do Japão. Actas do Colóquio Comemorativo dos 450 anos de Amizade Portugal-Japão (1453-1993)*, (Roberto Carneiro e A. Teodoro de Matos, org.), Lisboa, 1994, pp. 477-524.
- 4 Esta solução não agradou ao Padroado castelhano, visto que a solidariedade com os territórios sob domínio espanhol obrigava a aceitar uma entrada no Japão somente por via das Filipinas. Assim, os provinciais das Ordens de São Domingos, Santo Agostinho e S. Francisco escrevem uma carta conjunta ao rei, pedindo: “... mande V. Magestat poner rremedio en la cosa más grave y de más servicio de Dios y de V. Magestat que oy se puede ofrecer [...]. Estando las cosas en este estado [...] vino un Breve de Su Santidad Clemente VII, en que se manda que los religiosos de todas las Ordenes puedan yr a Xapon [...], pero que no puedan yr por estas Yslas, sino solamente por la Yndia [...] con esto nos quexamos humildemente a V. Magestat [...], y le suplicamos nos ampare y defienda y no permita que la santa Silla, com siniestras relaciones, nos haga tan grande disfavor a las Ordenes ...” in *Archivo Ibero-Americano, Estudios Históricos sobre la Orden Franciscana en España y Sus Misiones*, ano V, n.º XXVIII, Julho-Agosto de 1918, pp. 467-468. Todas as citações do *Archivo Ibero-Americano* serão designadas pela sigla “*Ala*”, seguida pela data de edição. Para a legislação pontifícia relativa à evangelização no Japão, v. Leo Magnino, *Pontificia Nipponica: le relazioni tra la Santa Sede e il Giappone attraverso i documenti pontifici*, 2 vols. Roma, 1947-1948. V. também António Vasconcelos de Saldanha, *Iustum Imperium. Dos Tratados como Fundamento do Império dos Portugueses no Oriente. Estudo de História do Direito Internacional e do Direito Português*, Lisboa, Fundação Oriente/Instituto Português do Oriente, 1997. Para o estudo da integração da *Apologia* de Valignano nas controvérsias resultantes da legislação papal, é indispensável o estudo do mesmo autor, “L’Espansione portoghese del Cinquecento e le bolle papali (note su un passo dell’*Apologia* del Padre Alessandro Valignano, S. J.)” in *Studi e Ricerche sull’Oriente Cristiano*, ano XIV, fasc. 3, Roma, 1991, pp. 419-434.
- 5 Acerca da presença dos franciscanos na Ásia Oriental v. Félix Lopes, “Os Franciscanos no Oriente Português de 1584 a 1590” in *Studia*, Lisboa, n.º 9, 1962, pp. 29-142 e Manuel Teixeira, “Os Franciscanos em Macau” in “*Ala*”, Segunda Época, ano XXXVIII, tomo XXXVIII, Janeiro-Dezembro de 1978, Madrid, pp. 309-375. V. também José Luis Alvarez Taladriz, “Notas para la entrada en Japon de los Franciscanos” in “*Ala*”, Janeiro-Dezembro de 1978, pp. 3-32.
- 6 *Apologia*, Cap. 12, f. 63v.
- 7 *Apologia*, Cap. 12, f. 65.
- 8 *Apologia*, Cap. 12, f. 65.
- 9 *Apologia*, Cap. 12, f. 65v-66.
- 10 *Apologia*, Cat. 12, ff. 68v-69. A Igreja de Manila refere-se à bula *Ineffabilis et Summi* de Alexandre VI. Este diploma pontifício fora concedido a D. Manuel em 1597, nas vésperas da viagem de Vasco da Gama, concedendo ao monarca português o direito de submissão dos povos infiéis das Índias Orientais. Após 1580, o Padroado castelhano assumiu que os reis de Castela herdaram os direitos da Coroa portuguesa consignados nesta bula. A questão central desta concessão papal é o da legitimidade da Santa Sé em conceder direitos seculares às coroas cristãs europeias sobre reinos gentios e infiéis, afinal um dos temas que será discutido por Valignano na *Apologia*. V. António Vasconcelos de Saldanha, *Iustum Imperium...*, pp. 446-449.
- 11 *Apologia*, Cap. 8, f. 47v.
- 12 “Apuntamientos del hermano Fray Gerónimo de Jesús para los Padres de nuestra Provincia de San Gregorio, tocantes al Japon. – Para nuestro hermano Provincial de la Provincia de San Gregorio de los Frayles Descalços de S. Francisco de Manila”, no Japão, s.d., in “*Jerónimo de Jesús*”, pp. 54-55.
- 13 *Apologia*, Cap. 13, f. 71v.
- 14 “Carta de Jerónimo de Jesus a Frei Luis de Maldonado, Comissário dos frades Descalços de São Francisco em Manila”, no Japão, s.d., in “*Jerónimo de Jesús*”, p. 45.
- 15 *Apologia*, Cap. 13, ff. 74 -74v.
- 16 *Apologia*, Cap. 14, f. 78v.
- 17 *Apologia*, Cap. 14, f. 81v.
- 18 *Apologia*, Cap. 13, ff. 74-74v.
- 19 *Apologia*, Cap. 18, f. 94.
- 20 *Apologia*, Cap. 13, ff. 70v-71.
- 21 *Apologia*, Cap. 8, ff. 47v-48.
- 22 *Apologia*, Cap. 19, f. 97.
- 23 *Apologia*, Cap. 21, ff. 106-106v.
- 24 *Apologia*, Cap. 18, f. 94.
- 25 *Apologia*, Cap. 12, ff. 68-68v.
- 26 *Apologia*, Cap. 12, ff. 64-64v.
- 27 *Apologia*, Cap. 12, ff. 63-63v.
- 28 *Apologia*, Cap. 12, f. 64.
- 29 *Apologia*, Cap. 12, f. 64v.
- 30 *Apologia*, Cap. 12, f. 66.
- 31 *Apologia*, Cap. 12, f. 65v.
- 32 *Apologia*, Cap. 12, f. 67v.
- 33 *Apologia*, Cap. 13, f. 70v.
- 34 *Apologia*, Cap. 18, ff. 96-96v.
- 35 *Apologia*, Cap. 13, f. 71.
- 36 *Apologia*, Cap. 14, ff. 79v-80.
- 37 Agostinho era o nome de baptismo (1571) de Konishi Yukinaga, daimio da província de Higo. A observação de Frei Martin justifica-se pela confiança e responsabilidades que Hideyoshi sempre depositou neste daimio. Ao serviço de Hideyoshi, destacam-se as suas participações nas campanhas japonesas na Coreia, quer como militar, quer como diplomata junto dos exércitos chineses. V. Mary Elisabeth Berry, *Hideyoshi*, Cambridge (Massachusetts)/Londres, Harvard University Press, 1982, pp. 209, 214 e 216-217.
- 38 *Apologia*, Cap. 20, f. 99v.
- 39 *Apologia*, Cap. 20, ff. 99v-100.
- 40 *Apologia*, Cap. 21, ff. 105v-106.
- 41 *Apologia*, Cap. 21, f. 107.
- 42 *Apologia*, Cap. 19, ff. 98v-99.

DE XAVIER A VALIGNANO. A CONQUISTA ESPIRITUAL DA ÁSIA

- 43 Sobre a formação intelectual de Valignano na Europa, fundamental para a concepção de conhecimento que apresenta na *Apologia*, ver Pedro Lage Reis Correia “Alessandro Valignano’s attitude towards jesuit and franciscan concepts of evangelization in Japan (1587-1597)” in *Bulletin of Portuguese/Japanese Studies*, vol. II, June 2001, pp. 92-96 e Filippo Iapelli, S. J. e Ulderico Parente (org.), *Alle Origini dell’Università dell’Aquila. Cultura, Università, Collegi Gesuitici all’Inizio dell’Età Moderna in Italia Meridionale*, Roma, Institutum Historicum Societatis Iesu, 2000. V. também Charles B. Schmitt e Quentin Skinner (ed.), *The Cambridge History of Renaissance Philosophy*, Cambridge, Cambridge University Press, 1988.
- 44 Frei Juan de Garrovillas, “Relacion y certificación de las cosas y estados del Japon, por el Provincial de los Descalzos Franciscos y el Cabildo de Manila”, 29 de Abril de 1595 in “*ATA*”, Janeiro-Fevereiro de 1918, p. 215.
- 45 “Información que recibió el obispo del estado que tienen las cosas de Japón”, Manila, 4 de Julho de 1587, in José Luis Alvarez Taladriz, *op. cit.*, p. 16.
- 46 “Petición de los japones al obispo del envío de Religiosos de San Francisco e Santo Domingo a Japón”, Manila, 26 de Setembro de 1587, *ibidem*, p. 20.
- 47 “Petición de Religiosos de San Francisco que hacen a Fray Domingo Salazar, obispo de Filipinas los cristianos japones que la suscriben”, Manila, 22 de Junho de 1590, *ibidem*, p. 29.
- 48 “Petición de los japones al obispo del envío de Religiosos de San Francisco e Santo Domingo a Japón”, Manila, 26 de Setembro de 1587, *ibidem*, p. 20. A mesma lógica está presente na petição de 1590, aquela cuja forma final foi dada por frei Pedro Baptista: “... quedamos tristes y angustiados y desamparados de quién nos había de enseñar la ley de Dios, quedándonos como a oscuras [...]. Y después que llegamos a esta ciudad hemos visto muchos monasterios de diversas Ordenes llenos de Religiosos y Padres que nos podían administrar y enseñar en nuestras tierras, particularmente hemos visto los Padres del señor san Francisco...” “Petición de Religiosos de San Francisco que hacen a Fray Domingo Salazar, obispo de Filipinas los cristianos japones que la suscriben”, Manila, 22 de Junho de 1590, *ibidem*, pp. 28-29.
- 49 Martin Ignacio de Loyola, *Viaje alrededor del mundo*, J. Ignacio Tellechea Idígoras (ed.), Madrid, Historia 16, 1989, p. 175. Martin Ignacio de Loyola (1556-1606) era sobrinho-neto de Inácio de Loyola. Em 1581 chega ao México com o objectivo de partir para as Filipinas, onde chegou no ano seguinte. Nesse mesmo ano de 1582, juntamente com outros franciscanos, realiza uma tentativa malograda de estabelecer uma base para a evangelização da China. Por via da Índia chega a Portugal em 1584 e, depois de ir a Roma, parte de Lisboa em Março de 1585, chegando a Goa em Dezembro. Em 1587, acompanhado pelo agostinho Fr. Francisco Manrique, fracassa novamente o objectivo de iniciar uma evangelização na China através do Padroado castelhano. Viria a morrer em Buenos Aires, a 5 de Junho de 1606. O seu *Itinerario*, ou *Viaje alrededor del mundo*, foi elaborado em 1585, a partir da experiência da sua primeira viagem à volta do mundo.
- 50 “Respuesta del obispo a la petición antedicha,” Manila, 16 de Novembro de 1587, in José Luis Alvarez Taladriz, *op. cit.*, p. 23.
- 51 Estas provisões são integralmente citadas por Valignano: a provisão para Domingos Monteiro (*Apologia*, Capt. 4, ff. 14-15) e a provisão para o bispo (f. 15).
- 52 *Apologia*, Cap. 4, f. 16.
- 53 *Apologia*, Cap. 4, ff. 16v.-17.